

LIVRO PRIMEIRO

O MUNDO COMO REPRESENTAÇÃO
PRIMEIRO PONTO DE VISTA

A REPRESENTAÇÃO SUBMETIDA AO
PRINCÍPIO DA RAZÃO SUFICIENTE:
O OBJETO DA EXPERIÊNCIA E DA CIÊNCIA

Sors de l'enfance, ami, réveille-toi!

[Sai da tua infância, amigo, desperta!]

JEAN-JACQUES ROUSSEAU
“La nouvelle Héloïse”, 5, I

§ 1

O mundo é a minha representação. — Esta proposição é uma verdade para todo ser vivo e pensante, embora só no homem chegue a transformar-se em conhecimento abstrato e refletido. A partir do momento em que é capaz de o levar a este estado, pode dizer-se que nasceu nele o espírito filosófico. Possui então a inteira certeza de não conhecer nem um sol nem uma terra, mas apenas olhos que vêem este sol, mãos que tocam esta terra; em uma palavra, ele sabe que o mundo que o cerca existe apenas como representação, na sua relação com um ser que percebe, que é o próprio homem. Se existe uma verdade que se possa afirmar *a priori* é esta, pois ela exprime o modo de toda experiência possível e imaginável, conceito muito mais geral que os de tempo, espaço e causalidade que o implicam. Com efeito, cada um destes conceitos, nos quais reconhecemos formas diversas do princípio da razão, apenas é aplicável a uma ordem determinada de representações; a distinção entre sujeito e objeto é, pelo contrário, o modo comum a todas, o único sob o qual se pode conceber uma representação qualquer, abstrata ou intuitiva, racional ou empírica. Nenhuma verdade é portanto mais certa, mais absoluta, mais evidente do que esta: tudo o que existe, existe para o pensamento, isto é, o universo inteiro apenas é objeto em relação a um sujeito, percepção apenas, em relação a um espírito que percebe. Em uma palavra, é pura representação. Esta lei aplica-se naturalmente a todo o presente, a todo o passado e a todo o futuro, àquilo que está longe, tal como àquilo que está perto de nós, visto que ela é verdadeira para o próprio tempo e o próprio espaço, graças aos quais as representações particulares se distinguem umas das outras. Tudo o que o mundo encerra ou pode encerrar está nesta dependência necessária perante o sujeito, e apenas existe para o sujeito. O mundo é portanto *representação*.

Aliás, esta verdade está longe de ser nova. Ela constitui já a essência das considerações céticas de onde procede a filosofia de Descartes. Mas foi Berkeley quem primeiro a formulou de uma maneira categórica; por isso prestou à filosofia um serviço imortal, ainda que o resto das suas doutrinas não mereça muito durar. O grande erro de Kant foi de não reconhecer este princípio fundamental.

Em compensação, esta importante verdade cedo foi admitida pelos sábios da Índia visto que ela aparece como a essência da filosofia vedanta, atribuída a Vyâsa. Sobre este ponto temos o testemunho de W. Jones, na sua última dissertação tendo por objeto a filosofia asiática:

*The fundamental tenet of the Vedanta school consisted not in denying the existence of matter, that is of solidity, impenetrability, and extended figure (to deny which would be lunacy), but in correcting the popular opinion of it, and in contending that it has no essence independent of mental perception; that existence and perceptibility are convertible terms (Asiatic Researches, v. IV, p. 164).*¹

Esta simples indicação mostra de um modo suficiente a existência, no vedantismo, do realismo empírico associado ao idealismo transcendental. É sob este único ponto de vista e como pura representação que o mundo será estudado neste primeiro livro. Tal concepção, aliás absolutamente verdadeira em si mesma, é no entanto exclusiva e resulta de uma abstração voluntariamente operada pelo espírito; a melhor prova disso está na repulsa natural dos homens em admitir que o mundo seja apenas uma simples representação, idéia, não obstante, incontestável. Mas esta perspectiva, que apenas incide sobre um lado das coisas, será completada, no livro seguinte, por uma outra verdade — menos evidente, é preciso confessar, do que a primeira; com efeito, a segunda, para ser compreendida, pede uma investigação mais aprofundada, um esforço de abstração maior, enfim, uma dissociação dos elementos heterogêneos acompanhada de uma síntese dos princípios semelhantes. Esta austera verdade, bem própria para fazer o homem refletir, senão mesmo para fazê-lo tremer, eis como se pode e deve enunciá-la a par da outra: “O mundo é a minha vontade.”

Ficando a aguardar o que se segue, neste primeiro livro, devemos encarar o mundo apenas sob um dos seus aspectos, aquele que serve de ponto de partida à nossa teoria, isto é, a propriedade que ele possui de ser pensado. Devemos, desde já, considerar todos os objetos presentes, incluindo o nosso próprio corpo (isto será desenvolvido mais adiante), como outras tantas re-

1. “O dogma essencial da escola vedanta consistia não em negar a existência da matéria, isto é, da solidez, da impenetrabilidade, da extensão (negação que, com efeito, seria absurda), mas apenas corrigir a opinião comum sobre este ponto, e sustentar que esta matéria não tem uma realidade independente da percepção do espírito, sendo existência e perceptibilidade dois termos equivalentes.”

representações e nunca designá-los por outro nome. A única coisa de que aqui será feita abstração (cada um, espero, poderá convencer-se depois) é unicamente a vontade que constitui o outro lado do mundo: num primeiro ponto de vista, com efeito, este mundo apenas existe absolutamente como *representação*; noutra ponto de vista ele apenas existe como vontade. Uma realidade que não se pode reduzir nem ao primeiro nem ao segundo destes elementos, que será um objeto em si (e é infelizmente a deplorável transformação que sofreu, entre as mãos de Kant, a sua coisa em si), esta pretensa realidade, dizia eu, é uma pura quimera, um fogo-fátuo que serve apenas para transviar a filosofia que lhe dá acolhimento.

§ 2

Aquele que conhece todo o resto, sem ser ele mesmo conhecido, é o sujeito. Por conseguinte, o sujeito é o *substratum* do mundo, a condição invariável, sempre subentendida de todo fenômeno, de todo objeto, visto que tudo o que existe, existe apenas para o sujeito. Este sujeito, cada um o encontra em si, pelo menos enquanto conhece, não enquanto é objeto de conhecimento. O nosso próprio corpo é já ele próprio um objeto e, por conseguinte, merece o nome de representação. Com efeito, ele é apenas um objeto entre outros objetos, submetido às mesmas leis que estes últimos; é apenas um objeto imediato. Como qualquer objeto da intuição, está submetido às condições formais do pensamento, o tempo e o espaço, de que nasce a pluralidade.

Mas o próprio sujeito, o princípio que conhece sem ser conhecido, não cai sob estas condições visto que é sempre pressuposto por elas implicitamente. Não se lhe pode aplicar nem a pluralidade, nem a categoria oposta, a unidade. Portanto, nós não conhecemos nunca o sujeito; é ele que conhece em toda parte em que há conhecimento.

O mundo, considerado como representação, único ponto de vista que aqui nos ocupa, compreende duas metades essenciais, necessárias e inseparáveis. A primeira é o objeto que tem por forma o espaço e o tempo, e por conseguinte, a pluralidade; a segunda é o sujeito que escapa à dupla lei do tempo e do espaço, sendo sempre uno e indivisível em cada ser que percebe. Segue-se que, um único sujeito, mais o objeto, chegariam para constituir o mundo considerado como representação, tão completamente como os milhões de sujeitos que existem; mas, se este único sujeito que percebe desaparecer, ao mesmo tempo, o mundo concebido como representação desaparecerá também. Estas duas metades são, portanto, inseparáveis, mesmo em pensamento; cada uma delas apenas é real e inteligível pela outra e para a

outra; elas existem e deixam de existir em conjunto. Elas limitam-se reciprocamente: o sujeito acaba onde começa o objeto. Esta limitação mútua aparece no fato de que todas as formas gerais essenciais a qualquer objeto — tempo, espaço e causalidade — podem tirar-se e deduzir-se inteiramente do próprio sujeito, abstração feita do objeto: o que se pode traduzir na linguagem de Kant, dizendo que elas se encontram *a priori* na nossa consciência. De todos os serviços prestados por Kant à filosofia, o maior reside talvez nesta descoberta. A esta idéia, acrescento, pela minha parte, que o princípio da razão é a expressão geral de todas estas condições formais do objeto, conhecidas *a priori*; que todo conhecimento puramente *a priori* se resume ao conteúdo deste princípio, com tudo o que ele implica; em uma palavra, que nele está concentrada toda a certeza da nossa ciência *a priori*. Expliquei detalhadamente na minha *Dissertação sobre o princípio da razão* como ele é a condição de todo objeto possível; o que significa que um objeto qualquer está necessariamente ligado a outros, sendo determinado por eles e determinando-os por sua vez. Esta lei é tão verdadeira que toda a realidade dos objetos enquanto objetos ou simples representações consiste unicamente nesta relação de determinação necessária e recíproca: esta realidade é, portanto, puramente relativa. Teremos em breve oportunidade de desenvolver esta idéia. Mostrei que esta relação necessária, expressa de uma maneira geral pelo princípio da razão, reveste formas diversas conforme a diferença das classes em que se vêm colocar os objetos sob o ponto de vista da sua possibilidade, nova prova da repartição exata destas classes. Suponho sempre implicitamente, na presente obra, que tudo o que escrevi nessa dissertação é conhecido e está presente no espírito do leitor. Se não tivesse exposto em outro local estas idéias, elas teriam aqui o seu lugar natural.

§ 3

A maior diferença a assinalar entre as nossas representações é a do estado intuitivo e do estado abstrato. As representações de ordem abstrata formam apenas uma única classe, a dos conceitos, apanágio exclusivo do homem neste mundo. Esta faculdade, que ele possui, de formar noções abstratas, e que o distingue do resto dos animais, é aquilo que desde sempre se chamou *razão*.² A seguir trataremos especialmente destas representações abstratas;

2. Kant foi o único que obscureceu esta concepção da razão; sobre este ponto remeto para os *Problemas essenciais da ética* (*Do fundamento da moral*, § 6, p. 148-154 da 1ª edição).

por ora falaremos apenas da representação intuitiva. Esta compreende todo o mundo visível, ou a experiência em geral, com as condições que a tornam possível. Como dissemos, Kant mostrou (e essa é uma descoberta considerável) que o tempo e o espaço, essas condições ou formas da experiência, elementos comuns a toda percepção e que pertencem igualmente a todos os fenômenos representados, que essas formas, dizia ele, podem não apenas ser pensadas *in abstracto*, mas também apreendidas imediatamente em si mesmas e na ausência de qualquer conteúdo; ele estabeleceu que esta intuição não é um simples fantasma resultante de uma experiência repetida mas que é independente dela e lhe fornece as suas condições, em vez de as receber dela: são, com efeito, estes elementos do tempo e do espaço, tais como os revela a intuição *a priori*, que representam as leis de toda experiência possível. É este o motivo que, na minha *Dissertação sobre o princípio da razão*, me fez considerar o tempo e o espaço, percebidos na sua forma pura e isolados do seu conteúdo, como constituindo uma classe de representações especiais e distintas. Já assinalamos a importância da descoberta de Kant ao estabelecer a possibilidade de atingir, através de uma visão direta e independente de qualquer experiência, essas formas gerais da intuição sensível, sem que elas percam, por isso, nada da sua legitimidade, descoberta que garante ao mesmo tempo o ponto de partida e a certeza das matemáticas. Mas há que notar um outro ponto não menos importante: o princípio da razão, que, como lei da causalidade e de motivação, determina a experiência e que, por outro lado, como lei de justificação dos juízos, determina o pensamento. Este princípio pode revestir uma forma muito especial, que designei pelo nome de princípio do ser: considerado em relação ao tempo, ele engendra a sucessão dos momentos da duração; em relação ao espaço, a situação das partes da extensão, que se determinam umas às outras até o infinito.

Se, depois de ter lido a dissertação que serve de introdução à presente obra, se compreendeu bem a unidade primitiva do princípio da razão, sob a diversidade possível das suas expressões, compreender-se-á como ele é importante, para penetrar a fundo na essência deste princípio, estudá-lo, antes de mais nada, na mais simples das suas formas puras: o tempo. Cada instante da duração, por exemplo, só existe com a condição de destruir o precedente que o engendrou, para ser também, em breve, por sua vez anulado; o passado e o futuro, abstração feita das conseqüências possíveis daquilo que eles contêm, são coisas tão vãs como o mais vão dos sonhos, e o mesmo se pode dizer do presente, limite sem extensão e sem duração entre os dois. Ora, nós encontramos este mesmo nada em todas as outras formas do

princípio da razão; reconheceremos que o espaço tal como o tempo e tudo o que existe ao mesmo tempo no espaço e no tempo, em uma palavra, tudo o que tem uma causa ou um fim, tudo isso apenas possui uma realidade puramente relativa: a coisa, com efeito, apenas existe em virtude ou em vista de uma outra da mesma natureza que ela e submetida em seguida à mesma relatividade. Este pensamento, no que ele tem de essencial, não é novo; é neste sentido que Heráclito constatava com melancolia o fluxo eterno das coisas; que Platão rebaixava a realidade ao simples devir que não chega nunca ao ser; que Spinoza via nelas apenas acidentes da substância única que existe, só, eternamente; que Kant opunha à coisa em si os nossos objetos de conhecimento como puros fenômenos. Enfim, a antiga sabedoria da Índia exprime a mesma idéia sob esta forma:

E Maya é o véu da ilusão, que, ao cobrir os olhos dos mortais, lhes faz ver um mundo que não se pode dizer se existe ou não existe, um mundo que se assemelha ao sonho, à radiação do sol sobre a areia, onde, de longe, o viajante acredita ver uma toalha de água, ou ainda a uma corda atirada por terra, que ele toma por uma serpente.

(Estas comparações reiteradas encontram-se em numerosas passagens dos Vedas e dos Puranas.) A concepção comumente expressa por todos estes filósofos não é outra senão a que nos ocupa neste momento: o mundo como representação, submetido ao princípio da razão.

§ 4

Se temos uma idéia clara da forma pela qual o princípio da razão aparece no tempo considerado em si mesmo, forma de que depende toda a numeração e todo o cálculo, penetra-se por essa mesma razão na essência total do tempo. Este, com efeito, resume-se inteiramente a esta determinação especial do princípio da razão e não possui nenhum outro atributo. A sucessão é a forma do princípio da razão no tempo; ela é também a própria essência do tempo. Se, além disso, foi entendido bem o princípio da razão, tal como ele reina no espaço puro, ter-se-á igualmente esvaziado toda a idéia do espaço, visto que o espaço não é nada mais do que a propriedade de que gozam as partes da extensão de se determinarem reciprocamente: é aquilo a que se chama a situação. O estudo pormenorizado destas diversas posições e a expressão dos resultados adquiridos em fórmulas abstratas que lhe facilitam o uso constitui todo o objeto da geometria. Enfim, se foi compreendido perfeitamente este modo especial do princípio da razão que é a lei da causalida-